

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.984 - MT (2019/0219426-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : FRANCISCO GOMES PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : GERALDINO VIANA DA SILVA - MT015814
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CUSTÓDIA DECRETADA APÓS NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO NA PRIMEIRA DELIBERAÇÃO. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS E DE CONTEMPORANEIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. CONDENAÇÃO AINDA NÃO TRANSITADA EM JULGADO OU CONFIRMADA POR COLEGIADO DE SEGUNDO GRAU. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO OBSTADA. RECURSO EM *HABEAS CORPUS* PROVIDO.

1. Pacífico é o entendimento de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar.
2. Apesar de arguida a gravidade concreta para negar o direito de recorrer em liberdade, pois *estando em concurso de pessoas, mediante golpes de ripa, ceifou a vida de uma pessoa que não tinha a mínima possibilidade de defesa*, o recorrente respondeu em liberdade por quase dois anos, depois de ter sido absolvido no primeiro julgamento pelo Tribunal do Júri em 28/7/2017, estando inviabilizado o uso da lesividade anormal da conduta como suporte ao risco social para decretação da custódia quando do novo Conselho de Sentença em 30/4/2019, alienado de fatos novos.
3. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a negativa do direito de recorrer em liberdade somente fundada na premissa de que a decisão condenatória proferida pelo Tribunal do Júri deve ser executada prontamente, sem qualquer elemento do caso concreto para justificar a custódia cautelar, não transitada em julgado ou não confirmada a condenação por Colegiado de segundo grau, torna a prisão ilegal. Precedentes.
4. Recurso em *habeas corpus* provido, para a soltura do recorrente, FRANCISCO GOMES PEREIRA, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os

Superior Tribunal de Justiça

Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator